

Ensaio Da teologia escatológica à(s) cultura (s) milenarista(s)

António José da Silva
Mestre em Teologia

Introdução

Oriundo da área da Teologia, entendi que uma abordagem das relações entre a escatologia cristã e a cultura milenarista poderia constituir um modesto contributo da minha parte para este encontro. Consciente de que o título que dei a este trabalho – **da teologia escatológica à cultura milenarista** – é demasiado ambicioso para este colóquio, devo pois, e antes de mais, pedir que me relevem o sentimento de frustração que o seu curto desenvolvimento possa provocar.

Gostava de prevenir ainda de que não se trata nem de um texto de cariz apologético nem da defesa de uma qualquer tese doutrinária. Trata-se apenas de tentar clarificar as relações de proximidade e de diferença entre uma perspectiva teológica cristã da escatologia, de carácter substantivo, e as expressões culturais de que esta, por vezes, se revestiu. Mesmo tendo em conta que a abordagem de um tema como este nunca é completamente separável da identidade cultural e religiosa de quem a faz, é apenas dentro desse quadro relacional que tentarei situar-me.

1. Escatologia, milenarismo e messianismo

O próprio enunciado do tema indicia, claramente, que, numa perspectiva teológica cristã, o conceito de escatologia não se identifica com o conceito de milenarismo, mas que, pelo menos historicamente, há entre ambos, uma inegável relação de proximidade. Por outras palavras, este trabalho parte do princípio de que o fenómeno do milenarismo, no

chamado mundo ocidental, não sendo, rigorosamente, consequência de uma teologia escatológica, não pode ser entendido, sem uma referência a esta.

Quando falamos de escatologia, numa perspectiva cristã, falamos daquela parte da teologia que se debruça sobre os acontecimentos últimos, sobre o fim desta vida histórica, tal como a conhecemos, mas não propriamente sobre o fim da vida. Curiosamente, na linguagem tradicional da teologia cristã, a palavra utilizada, durante séculos, para designar esses acontecimentos últimos, foi, precisamente, a de **“novíssimos”**, como a querer dizer que a escatologia invocava, ao mesmo tempo, um termo e um começo. Por outras palavras, o fim desta vida e deste mundo dava lugar a um novo e definitivo princípio.

Esta concepção escatológica da vida e da história, seja na sua expressão teológica contemporânea, seja na sua expressão secular e cultural dos **“novíssimos”**, faz parte integrante e essencial da fé e é publicamente lembrada sempre que os cristãos proclamam o “credo”. Como defendeu Karl Barth, todo o cristianismo é escatológico; caso contrário, nada teria a ver com Cristo.

O mesmo se não pode dizer do milenarismo. O milenarismo não pertence ao corpo doutrinal da fé. Trata-se apenas de uma interpretação ou de uma expressão cultural e histórica do entendimento da escatologia cristã. Como o próprio termo deixa perceber, o milenarismo é a crença na instauração de um reino temporal de mil anos destinado aos justos, embora a referência aos mil anos tenha, sobretudo, um carácter simbólico. Esta crença deixa perceber, justificadamente, que estamos perante um conceito em que o elemento messiânico é mais visível do que o próprio elemento escatológico.

Sabemos, aliás, que o fenómeno do milenarismo não é exclusivo da história cultural cristã ou da história judaico-cristã. Mais ainda, sabemos que o fenómeno do milenarismo nem sequer pertence exclusivamente à esfera do religioso “tout court”. Determinadas correntes filosófico-sociais e ou filosófico-políticas, claramente irreligiosas ou mesmo anti-religiosas, contêm em si elementos identitativos muito próximos das crenças milenaristas ou, pelo menos, de crenças messiânicas. Basta recordar momentos bem próximos e trágicos da história europeia.

De qualquer modo, poderemos dizer, com alguma segurança, que escatologia, milenarismo e messianismo, não sendo embora conceitos

substantivamente idênticos, são atravessados por alguns elementos comuns, centrados à volta de uma questão fundamental: a questão do sentido da vida e da história. Em cada um deles, de um modo ou de outro, se procura resposta para uma pergunta: para onde caminhamos nós, para onde caminha o mundo? Como é que tudo terminará?

2. O entendimento teológico actual da escatologia cristã

Durante séculos, a teologia escatológica teve, como já dissemos, um nome e um rosto. “**De novissimis**”, assim se chamou o tratado das últimas coisas ou dos últimos acontecimentos. Era uma espécie de tratado teológico, cronológico e espacial dos últimos fins, com os seus quatro pontos de referência: a morte, o juízo, o inferno e ou o paraíso, uma abordagem – diga-se – marcada mais pelo terror do que pela esperança. É certo que também se falava em paraíso, mas a morte, o juízo e o inferno constituíam os quadros mais insistentemente evocados, quer ao nível catequético quer ao nível iconográfico.

Causa e efeito desta abordagem cultural, a escatologia cristã transformou-se, praticamente até ao século vinte, numa escatologia limitada e limitativa, numa escatologia atrofiada, uma escatologia arredada da história colectiva, fundamentalmente ligada à salvação individual da alma e não à salvação do homem todo e à salvação do mundo.

No século vinte, assiste-se a uma espécie de reviravolta que vai dar um rosto novo à escatologia tradicional dos “**novísimos**”, um rosto que se pode chamar a **Teologia da esperança**, consagrada oficialmente pelo Concílio Vaticano II. É uma reviravolta que se não pode entender sem o contributo inicial e essencial de Teilhard de Chardin acerca do sentido histórico-cósmico da caminhada do homem. Por outro lado, os filósofos e teólogos cristãos embrenham-se, a partir dos meados do século vinte, no estudo e na sistematização daquilo que chamam a **Teologia das realidades terrestres e a Teologia da história**.

Abre-se, ainda, ao mesmo tempo, um nova área de investigação, no campo da gnoseologia escatológica: trata-se da hermenêutica, ou seja, do estudo e interpretação das afirmações escatológicas e do seu sentido, tendo sobretudo em conta o seu “**Sitz im Leben**”, mas não só. Dá-se uma nova importância ao estudo da linguagem e nomeadamente

ao estudo da linguagem simbólica. Com von Balthasar, Karl Rahner e outros grandes teólogos, a escatologia transforma-se numa espécie de desenvolvimento da cristologia. Cristo é entendido Ele próprio como acontecimento escatológico por excelência. Uma expressão teologicamente mais correcta para significar o que talvez Teilhard de Chardin quisesse dizer, anos antes, quando, numa linguagem a um tempo teológica e visionária, falava de um Cristo Cósmico.

Independentemente das diferenças de linguagem e de acento tónico, parece consensual entre a maioria dos grandes pensadores cristãos contemporâneos, que, apesar da escatologia cristã tratar do futuro como promessa, uma promessa que se realiza definitivamente em Jesus Cristo, esse futuro é já um dom oferecido e usufruído no presente. Por outras palavras, o futuro escatológico já começou, e começou precisamente em Jesus Cristo. Curiosamente, muitos séculos antes, Santo Agostinho defendeu uma perspectiva semelhante no combate que travou contra os milenaristas da sua época.

A esperança, transformada em núcleo central da escatologia, não teria pois, como ponto único de referência, o futuro. Na expressão de outro dos grandes teólogos do nosso tempo, Moltman, a escatologia introduz o futuro prometido e esperado no presente do mundo, embora a título germinal e sem se realizar plenamente nele.

3. Escatologia e milenarismo no cristianismo primitivo

Certamente que esta nova concepção purifica o conceito de escatologia de muitos dos elementos milenaristas e messiânicos com que foi expressa, culturalmente, em certas épocas da cultura cristã. No entanto, manda a verdade histórica dizer que esta perspectiva escatológica nem foi fácil de definir nem eliminou, milagrosamente, as dificuldades e as tensões decorrentes da leitura de certos textos bíblicos ditos escatológicos e ou apocalípticos.

Não admira pois que as ligações entre escatologia e milenarismo tenham tido particular expressão no cristianismo primitivo. Segundo António Matos Ferreira (1996) “ as dimensões apocalíptica e escatológica marcaram, durante os primeiros séculos, de modo mais definitivo, a vivência do tempo, por parte dos cristãos e das suas comunidades”

Esta atitude de pendor milenarista e messiânico de muitos cristãos dos primeiros séculos decorre de uma interpretação mais ou menos literal de alguns textos do Novo Testamento, que se podem encontrar nomeadamente no Livro dos Actos dos Apóstolos, na primeira Carta de S. Pedro, na Carta de S. Paulo aos Hebreus e, sobretudo, no capítulo vinte do Livro do Apocalipse, atribuído ao apóstolo S. João.

Em todo esses textos, é mais ou menos clara a referência a uma segunda vinda de Jesus Cristo, mas no capítulo vinte do Apocalipse faz-se mesmo referência directa a um período muito especial de mil anos que se seguiria a essa segunda vinda. Em algumas comunidades cristãs, essa parusia de Jesus Cristo, geralmente revestida de contornos apocalípticos, foi entendida por alguns como tão próxima que não se justificava qualquer preocupação com as realidades terrenas, inclusivamente com o trabalho, de tal modo que o apóstolo Paulo teve necessidade de avisar, muito fortemente, que quem não trabalhasse não tinha direito a comer.

De qualquer modo, pode dizer-se que o elemento mais decisivo na formação do espírito milenarista dos primeiros tempos do cristianismo foi a interpretação literal do capítulo vinte do Apocalipse, que apontava para a instauração de um tempo novo, de mil anos, uma época de fecundidade, de prosperidade e de paz, atributos de um reino messiânico, uma espécie de retorno ao paraíso. Assim, o autor desconhecido da Carta de Barnabé defende que no “início do sétimo milénio, surgirá o Filho de Deus, destruindo o tempo dos ímpios e julgando os pecadores. Nesse tempo novo, tudo será renovado (...) e os justos reinarão juntamente com o Filho de Deus, durante mil anos.”

É certo que o milenarismo é promovido sobretudo pela literatura apócrifa e apocalíptica, mas, por exemplo, S. Justino, no século segundo, defende-o, vigorosamente, reconhecendo embora que há outros cristãos que não partilham as suas ideias. Santo Ireneu, famoso bispo de Lion, também no século II, acredita que a renovação da terra será uma realidade “nos tempos do reino”. No entanto, para este grande vulto da Igreja primitiva, o verdadeiro milenarismo não tem, necessariamente, contornos apocalípticos nem está relacionado propriamente com datas ou indagações históricas. Significa apenas que o caminho da História é um caminho de aperfeiçoamento, até que o verdadeiro reino de Cristo dê início a um tempo novo de felicidade para os homens.

Neste contexto doutrinário e cultural, o milenarismo torna-se pois motivo de polémica, em que se envolvem grandes nomes do pensamento cristão primitivo. São os montanistas, nome derivado do fundador do movimento, Montano que, ainda no século segundo, vão fazer do milenarismo a bandeira da sua fé cristã e levar mais longe ainda os contornos apocalípticos do fim do mundo que anunciam para breve e para o qual é preciso estar absolutamente preparado, em termos morais. Cristãos extraordinariamente rigoristas, entre os quais se destaca Tertuliano, pela sua cultura e pelo seu fundamentalismo, os montanistas exigem um corte radical com o mundo e proclamam a chegada imediata de uma nova revelação consubstanciada na vinda iminente do Espírito Santo.

Contra o milenarismo montanista e seus exageros se levantam outros pensadores famosos, entre os quais se destaca um dos maiores génios do cristianismo: Orígenes. Orígenes (185-253), é extremamente duro na condenação do milenarismo que considera, simplesmente, o resultado das loucuras e das concepções quiméricas de espíritos simples que se recusam a fazer trabalho intelectual sério na interpretação das Escrituras.

O milenarismo primitivo não escapa também à condenação do grande estudioso e biblista que foi S. Jerónimo (347-419) e leva a estocada final desse génio da humanidade e do pensamento cristão que foi Santo Agostinho (354-430). Para o autor da “De civitate Dei”, o reino de Cristo, de que tanto falavam os milenaristas já tinha começado, com a Sua encarnação. Segundo Agostinho, os mil anos de que fala o Apocalipse são um número simbólico que tem a ver com o tempo necessário à construção e perfeição da Igreja na história dos homens.

Fortemente abalado a partir do século terceiro, o milenarismo cristão primitivo está moribundo nos finais do século quarto. A doutrina escatológica oficial libertava-se, aparentemente, de expressões milenaristas. O mesmo se não poderia dizer da fé popular.

4. A permanência dos milenarismos

Rejeitados oficialmente como suspeitos de heresia, os milenarismos sobreviveram no subsolo da fé cristã, alimentados e desenvolvidos por uma abundante literatura apocalíptica e finimundista, prontos a vir à

superfície em conjunturas sociais e económicas mais dramáticas, assumindo, por isso, geralmente, um carácter de contestação aos poderes instituídos, fossem eclesiásticos ou seculares.

Como escrevem J. Eduardo Franco e J. Manuel Fernandes, (1999) “era especialmente nas épocas de incerteza, de dificuldades existenciais gritantes, de instabilidade social e crise económica, que determinadas camadas da população tinham a tendência para ir beber aos livros apocalípticos e aos seus mais diversos comentários o alimento para enriquecer o seu imaginário utópico, a força da esperança em dias melhores. Pois a realidade agónica em que viviam clamava por uma libertação que dificilmente se poderia acreditar vir a ser feita de modo pacífico ou como resultado de um mero esforço humano”. O milenarismo viria pois a assumir contornos messiânicos e, em alguns casos, estaria na origem de autênticas revoluções sociais que ficaram para a história, como a chamada Guerra dos Camponeses liderada por Thomas Muntzer, em pleno século XVI.

Não vem para este trabalho fazer o estudo dos movimentos milenaristas religiosos da história europeia, da Idade Média aos nossos dias. Justificar-se-á, no entanto, recordar que foi sobretudo no cristianismo dito protestante que nasceram e se desenvolveram, na Idade Moderna e na Idade Contemporânea, comunidades e grupos que cultivam uma escatologia milenarista de expressões mais ou menos apocalípticas.

Já na área do cristianismo católico, é ainda obrigatório evocar, neste resumo, a figura e o pensamento de Joaquim de Flora, um monge cisterciense do século doze, nascido na Calábria, que morreu com fama de santo. A ele se deve a elaboração de uma Teologia da História que constituiu a grande fonte de inspiração do milenarismo medieval. O seu pensamento está consubstanciado na “Teoria das Três Idades” ou dos três reinos, cada um dos quais ele atribui a uma das pessoas da Santíssima Trindade. A última e terceira idade seria a do Espírito Santo, a idade do amor e da liberdade espiritual, uma idade em que as leis já não seriam impostas, mas aceites, amadas e praticadas livremente. No termo da idade do Espírito Santo, aconteceria então a consumação da História com a parusia final. Ainda e sempre a ideia de que a parusia final seria precedida de um tempo paradisíaco, ou seja, uma espécie de regresso aos tempos primordiais.

Acrescente-se que a utopia milenarista de Joaquim de Flora, apesar de condenada mais tarde como herética, deixou marcas visíveis na cultura europeia, cristã e secular. Há mesmo quem considere a Divina Comédia de Dante uma espécie de apocalipse joaquimita, como há quem atribua ao fascínio provocado pelas suas ideias o desenvolvimento do culto ao Espírito Santo em Portugal, um culto que, a certa altura, rondou as fronteiras da heterodoxia e que permaneceu particularmente vivo, ao longo dos séculos, nos Açores.

Seja como for, e citando de novo J. Eduardo Franco e J. Manuel Fernandes em o “Mito do Milénio”, (1999) “a Teologia da História de Joaquim de Flora e a utopia que lhe estava subjacente continuou, muitas vezes imersa, mas reaparecendo depois, não só no profetismo português dos séculos XIV e XVII, em certas correntes do protestantismo radical, mas ainda nas obras dos filósofos seculares que marcaram os dois últimos séculos da cultura ocidental.”

Quem estudar o pensamento de Lessing, de Ficht, de Schelling, e a própria filosofia da História de Hegel, não deixará de descobrir uma espécie de substrato, mesmo quando secularizado, das teorias de Joaquim de Flora. Como aliás, a teoria dos três estados de Augusto Comte não deixa de parecer, “a contrario” um decalque das suas três idades da História.

Conclusão

Esta abordagem sofre, naturalmente, de algumas lacunas importantes. Há aspectos que mereciam um aprofundamento maior, nomeadamente os que se referem à questão da linguagem bíblica, nas suas expressões profética e apocalíptica, a fim de tentarmos entender a acusação que já Orígenes fazia ao milenarismo: que este era o resultado das loucuras e concepções quiméricas de espíritos que se recusavam a fazer um trabalho intelectual sério na interpretação das escrituras.

Justificava-se também uma abordagem, mesmo que breve, do entendimento que a tradição judaica fazia do conceito do Reino de Deus e de como esse entendimento pesou na concepção escatológica das comunidades cristãs primitivas. Como se justificava ainda uma abordagem da influência da cultura helenista no processo de sistemati-

zação e enquadramento filosófico da teologia cristã dos primeiros tempos.

De qualquer modo, este não era o objectivo fundamental da minha participação nesta iniciativa. O que estava em questão era situar e analisar a relação entre o conteúdo substantivo da escatologia teológica e o conteúdo das expressões milenaristas de que a escatologia cristã se revestiu ao longo do tempo. Também aqui era possível alargar o âmbito do trabalho, mas, além do mais, temi que ele se tornasse demasiado maçador. Aqui ficaram pois algumas ideias, certamente conhecidas de todos, mas que tiveram ao menos a vantagem de me obrigar a uma sistematização que, pelo menos, é útil para quem a faz.

Referências bibliográficas

Franco, José Eduardo & Fernandes, José Manuel. (1999). *O Mito do Milénio*, Lisboa, Paulinas.

Ferreira, António Matos. (1996). "Jubileu, jubileus, Milenarismo, milenarismos. Uma perspectiva histórica", in: *Praxis Pastoral*, n. 2, Lisboa, Rei dos Livros.

Cohn, Norman. (1970). *Na senda do Milénio, Milenaristas Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*, Lisboa, Presença.